



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

NEGROS & EDUCAÇÃO: POR UMA NOVA HISTÓRIA

Salvador
2008

LUZILENE ALVES DA CRUZ

NEGROS & EDUCAÇÃO: POR UMA NOVA HISTÓRIA

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Educação - Universidade Federal da Bahia, como requisito para conclusão do Curso de Pedagogia sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Rodolpho J. Abib.

Salvador
2008



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

LUZILENE ALVES DA CRUZ

NEGROS & EDUCAÇÃO: POR UMA NOVA HISTÓRIA

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Educação-
Universidade Federal da Bahia, como requisito para a conclusão do Curso de
Pedagogia, pela seguinte banca examinadora:

Examinador 1: Prof.^a Ms. Dyane Brito Reis Santos.

Examinador 2: Prof.^o Dr. Miguel Angel García Bordas.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Rodolpho Jungers Abib.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda minha família pelo apoio, incentivo e ajuda na conquista de mais um degrau, dessa minha longa caminhada. Família, base de tudo!

Aos colegas de curso com quem convivi e dividi dúvidas, conhecimento, realizações, crescimento pessoal e profissional.

As colegas de faculdade que hoje são minhas amigas de faculdade! Amigas que me deram força e muitas alegrias. Obrigada Paula (Paulinha), Ada (Adinha), Renata (Malteza), Edimea (Ed.), Evelina e Amanda.

Ao meu amigo de faculdade Tiago Rafael (Tico), o único entre as mulheres! Obrigada pelo seu carinho, atenção, respeito e principalmente pela ajuda com meu estágio. Todo sucesso do mundo para você.

Obrigada ao meu professor e orientador Pedro Abib. Sou grata por sua confiança e disposição na construção desse trabalho. *O tempo urge!!!!*

Ao meu Maridão, Newton Cruz. Agradeço, de coração, pelo carinho e dedicação.

Obrigada !

...conduzir por ordem os meus pensamentos, começando pelos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus...

Descartes

RESUMO

O presente estudo traz um levantamento histórico sobre o acesso dos negros à educação formal, desde o início do século XIX, para justificar a importância da promulgação e implementação da Lei 10.639/2003. Em linhas gerais, busca-se, através da produção teórica, verificar a trajetória do povo negro por uma educação democrática, que inclua a identidade e a cultura negra na escola, buscando assim uma nova história. Ciente de que a educação é um instrumento de ascensão social, enfatiza-se a participação da escola nesse processo de inclusão/exclusão educacional do negro, permeado por discriminação, preconceito e invisibilidade, porém com perspectivas de superação desse contexto. Ressalta-se também a contribuição e participação da população negra para a nossa cultura.

Palavras-chave: Identidade. Negros. Cultura Negra. Educação. Discriminação.

ABSTRACT

This study provides a historical survey about the access of Afro-brazilians to formal education since the beginning of the 19th Century, to justify the importance of the promulgation and implementation of the law 10.639/2003. It aims at verifying, through the theoretical production, the trajectory of the Afro-Brazilians for a democratic education, which includes the African culture and identity in the school, searching then a new history. Aware that education is a tool of social ascension, it emphasizes the participation of the school in that Afro-Brazilians' educational inclusion/exclusion process, which is permeated by discrimination, prejudice and invisibility, but with perspectives of overcoming that context. It also highlights the contribution and participation of the Afro-Brazilians to our culture.

Key-words: Identity. Afro-Brazilians. African Culture. Education. Discrimination.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	9
2- EDUCAÇÃO: OS PRIMEIROS PASSOS DE UM LONGO CAMINHO.....	14
2.1- Um olhar sobre a história.....	14
2.2- A difícil inclusão educacional do negro: luta pela aceitação social.....	17
2.3- A escola: veículo de ascensão social e instrumento de discriminação.....	21
3 – CULTURA E EDUCAÇÃO: CONHECER, RESPEITAR E VALORIZAR.....	25
3.1 – O CONHECER ⇔ Informações relevantes: quem são os negros?.....	25
3.2 – O RESPEITAR ⇔ Cultura, identidade e história na escola.....	28
3.3 – O VALORIZAR ⇔ O direito de uma história presente no sistema educacional..	31
4 – LEI 10.639/2003: SUPERAÇÃO DA INVISIBILIDADE NEGRA.....	35
4.1 – Contextualização da Lei 10.639/2003.....	35
4.2 – Caminhos abertos pela Lei e suas propostas.....	40
4.3 – Os resultados: quantos passos já foram dados?.....	44
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
6 – REFERÊNCIAS.....	49

1- INTRODUÇÃO

A educação formal tem grande relevância para a formação de cidadãos críticos e conhecedores de seus direitos civis, políticos e sociais. Porém, esse direito tido como de todos, possui uma grande parcela de sua população excluída, por processos de discriminação, preconceito e marginalização. Os negros, compõem em grande número esse quadro.

As oportunidades entre negros e brancos não se deram de forma igualitária, e isto se refletiu na realidade educacional. O espaço acadêmico é, atualmente, onde esta realidade se expressa com maior intensidade.

Nesse contexto, a escola, como multiplicadora de conhecimentos e saberes, corresponde ao principal foco de análise. Muitos aspectos do cotidiano escolar contribuem para que crianças e adolescente aprendam e cristalizem idéias racistas e práticas discriminatórias, pois desde a educação infantil a criança negra aprende a ser discriminada e a não reagir quando é agredida.

A população negra teve o acesso aos bancos escolares negado no início do século XIX, porque a sua presença na escola era motivo de incômodo para o restante da população. De maneira implícita esses sujeitos eram associados a doenças contagiosas. Nesse período os brancos enxergavam os negros como instrumentos de trabalho e por isso não necessitavam de estudos.

A educação é um forte instrumento de ascensão social. Sabendo da importância da aquisição da leitura e da escrita, os negros lutam por esse direito e por sua visibilidade na sociedade. Em alguns casos, mesmo quando as políticas públicas não os contemplavam, os grupos aglutinavam-se em irmandades criando escolas próprias para os negros serem alfabetizados.

Ao longo do tempo, a imagem do negro foi construída e disseminada pela escola e pela sociedade como a de um povo inferior, sem capacidade intelectual, comparados a animais e associados a doenças, ou seja, sem expectativas de vida. Essa caracterização perpetuou-se por muito tempo e trouxe como consequência

para a população negra, dificuldade de aprendizagem, apatia, baixa auto-estima, repetência escolar entre outros fatores.

A questão da inclusão do negro no ensino é o assunto mais focado pelos autores que tem resgatado a história da educação do negro. Faz parte desse processo o levantamento histórico do povo negro desde a sua chegada ao Brasil como mercadoria escrava, até os dias atuais.

Nessa leitura sobre a história do Brasil, existem lacunas sobre a educação dos negros e ao seu acesso e permanência nos bancos escolares. As desigualdades sofridas pela população negra no processo de escolarização vêm sendo denunciadas há vários anos, pelo movimento social negro ou por estudos da temática racial e mais recentemente por organismos governamentais.

Mariléia Cruz (2005), referindo-se a questão da pesquisa em educação e afro-descendência, reconhece que “permanecem limitações significativas para um melhor desenvolvimento de estudos e de haver carência de orientadores interessados nessa temática de estudo nos cursos de pós-graduação”. Outra questão evidenciada é “que são escassas as abordagens em períodos históricos mais remotos”.

Quando se tenta organizar informações sobre a história da educação dos negros no Brasil, fazem-se necessários dois procedimentos: o primeiro é reunir os poucos estudos voltados especificamente para o resgate dessas experiências, os quais emergem principalmente na segunda metade dos anos 1990. O segundo é realizar leitura atenta de estudos em História da Educação Brasileira, problematizando as informações, observando os materiais iconográficos apresentados e questionando a invisibilidade que se dá a esse segmento. (CRUZ, 2005 p.27).

Pretendo, através de um levantamento teórico, demonstrar a relação dos negros com a educação, passando pelo debate que acaba envolvendo cultura, identidade e escola na construção de uma nova história. Temos muito que aprender ainda sobre a história, a cultura, a identidade negra e a participação dos negros para a formação do nosso País. Eu já estou dando meus primeiros passos.

As motivações para este estudo vêm da minha vivência como aluna da disciplina oferecida pela Ufba, infelizmente só no primeiro semestre de 2007. O meu

interesse por questões sociais e a minha postura como educadora também contribuíram significativamente. Mas acima de tudo está minha crença na educação como uma base de sustentação para um desenvolvimento humano igualitário.

Chamada EDC 473 – Tee – Movimento Negro e Educação: trajetória de uma luta histórica, durante 4 meses, junto com a Prof.^a Izabel Vilella e sua mestranda Cristiane Copque, discutimos, refletimos e construímos trabalhos referentes à luta dos negros pelo acesso à educação formal e as relações construídas pelo Movimento Negro Brasileiro com a educação ao longo dos séculos XX e XXI.

Resumidamente, me apaixonei pela temática. O tempo foi curto para tantas descobertas. Encontrei nas aulas algo que me instigava a pesquisar, a procurar respostas, a rever a história que eu aprendi nos tempos de sala de aula. Busco até hoje, ampliar cada vez mais meus horizontes sobre essa temática, pois acredito que essa disciplina foi só o começo da minha trajetória acadêmica. Pretendo, obter formação específica nessa linha pesquisa, porém subindo cada degrau por degrau.

É seguindo este caminho, que escrevo esta monografia, abordando a relação dos negros com a educação. Acredito que a educação é a solução para um equilibrado desenvolvimento humano. Caberá a nós, educadores, trabalharmos de modo coerente, respeitando as diferenças e dificuldades de cada um, propondo um trabalho em conjunto que envolva a escola, a família e sociedade.

Assim sendo, organizei essa monografia em três capítulos. Para compreensão da implementação da Lei 10.639 como uma busca por uma nova história, faz-se necessário a procura por resposta sobre como ocorreu o processo de acesso do negro à escolarização. Essa é a proposta do primeiro capítulo.

Trago, nesse primeiro momento, uma leitura histórica. Relato como foi à vida do negro escravo, visto como um instrumento de trabalho, desprovido de seus direitos e disciplinados a base de castigos. A escola, por um lado vista como uma instituição discriminadora, e como uma forma de aquisição social do outro também foi analisada nesse capítulo.

O segundo capítulo intitulado: Cultura negra e educação, faz uma análise da contribuição dos costumes, culturas e do trabalho negro para o desenvolvimento da nossa sociedade. A luta pelo respeito e reconhecimento da cultura negra, pelo acesso, permanência e êxito do povo negro à educação tem se construído como um marco na história e nas reivindicações da comunidade negra, o que ocasionou na Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003.

Já no terceiro e último capítulo, abordo a Lei 10.639. Apresento a contribuição e a ação do Movimento Negro junto a outros educadores comprometidos no sentido de desvelar o quanto à questão racial perpassa a construção da sociedade brasileira, desde a sua colonização até os nossos dias

Diante do tema apresentada, o método utilizado para o desenvolvimento desse trabalho foi o de pesquisas nos campos bibliográficos e virtuais, com base em questões teóricas que subsidiam a construção histórica dessa pesquisa.

Destaco, no campo virtual, como fonte de aquisição acadêmica, o material didático disponibilizado, no site do MEC, do CEAQ e da UNESCO. Através desses sites é possível o acesso a livros lançados há pouco tempo, voltados para a questão educacional do negro. As pesquisas são recentes e formulados por grandes pesquisadores. Na referência, no final desse trabalho, encontram-se listados os respectivos sites.

A leitura de textos de autores que abordam esta temática, também foi imprescindível para a delimitação da problemática em estudo. O acesso a estas leituras, possibilitou o contato com teóricos, que com suas formulações e estudos, fundamentaram esta pesquisa, porém não pretende aqui se esgotar, mas abrir caminhos para novas e futuras reflexões. Esses são alguns dos autores: Munanga (2003;2005), Cunha Jr.(1997;2005), Gomes (1995;2003;2005), Silva Jr.(2002), Henrique (2002), Cavalleiro (2001;2005), Azevedo (1975), Souza (2005), Menezes e Sanchez (2000), Freyre (2006), Gonçalves e Silva (2004; 2005), entre outros.

Torna-se de extrema urgência e relevância, os incentivos as pesquisas nessa área, suprimindo o quadro de carência de informações sobre a história da educação dos negros e afro-brasileiros. A produção de conhecimento sobre a trajetória

educacional pode contribuir para a formação de profissionais capacitados para lidar com a questão da diversidade cultural do Brasil. Além disso, desvelar o quanto à questão racial perpassa a construção da sociedade brasileira, desde a sua colonização até os dias.

Em algumas escolas, a Lei 10.639/2003, já tem sua aplicabilidade dentro das salas de aula. Através desse trabalho, os alunos negros têm acesso à história de seus descendentes, sua identidade e cultura, transmitida, valorizada e discutida, possibilitando assim, uma educação anti-racista.

Ao longo do século XX, foi intensa a luta do movimento negro por uma educação democrática, que incluía a história e cultura da afro-brasileira no currículo escolar. Agora essa possibilidade torna-se real através da promulgação e implementação da Lei 10.639/2003. Inicia-se, então, uma nova história da educação.

2 - EDUCAÇÃO: OS PRIMEIROS PASSOS DE UM LONGO CAMINHO.

2.1 – Uma abordagem sobre a história da educação dos negros

Através de uma pesquisa aprofundada sobre a História da Educação, encontramos relatos sobre aspectos sociais, políticos e econômicos dos quais a educação não se desvincula. Informações preciosas sobre a abordagem da educação desde os períodos mais remotos até os dias atuais, detalham a dinâmica do processo educativo e seus principais atores. No entanto, alguns relatos, como a trajetória dos negros, apresentam algumas lacunas a serem preenchidas.

Nesse sentido, as experiências educacionais dos afro-brasileiros são discutidas a partir da produção de autores que investigam as estratégias utilizadas por esses sujeitos para ter acesso à educação formal. É possível confirmar evidência maior da participação dos negros a partir da segunda metade do século XIX e início do XX.

Segundo Cruz,

A problemática da carência de abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais dos negros no Brasil revela que não são os povos que não tem história, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação. (Cruz, 2005, p.23)

Durante a escravidão, os africanos e seus descendentes eram tratados como peças, mercadorias utilizadas nas plantações canavieiras do século XVII, nas atividades da colônia, nas minas de ouro e pedras preciosas e nas atividades agrícolas e domésticas.

Nesse período de subjugação e escravidão, o acesso à educação era negado. Os brancos, enxergavam os negros como instrumentos de trabalho, e por isso não necessitavam de estudos. Assim, acreditavam que com a entrada do segmento negro no campo educacional, esses sujeitos poderiam ter consciência que eram numerosos e podiam rebelar-se contra seus senhores.

A escravidão, mantinha os negros ignorantes, inferiorizados, sem expectativa de vida e com baixa auto-estima. Sendo submetidos à disciplina através de castigos, surras e violência. Dessa forma, os senhores mantinham a ordem e a inferiorização dos negros que, eram humilhados moral e fisicamente. Isso gerou um triste legado para essa população: a interdição à educação formal.

No campo jurídico, a Constituição de 1824, representou um mecanismo de interdição do acesso dos africanos escravizados e seus descendentes à educação (SILVA e ARAÚJO, 2005,p. 68). Os autores ainda citam a Reforma Couto Ferraz de 1854, que instituiu a obrigatoriedade da escola primária para crianças maiores de sete anos e a gratuidade das escolas primarias e secundarias da Corte.

Dois pontos relevantes na Reforma Couto Ferraz são apontados pelos autores como “comprovação da ideologia da interdição” (p. 68).O primeiro aponta que nas escolas públicas não seriam admitidas crianças com moléstias contagiosas e nem escravas; e os segundo refere-se à ausência de uma previsão de instrução para os adultos. Ou seja, de acordo com essa Reforma, os negros escravizados deveriam ser excluídos da instrução escolar e, de maneira implícita eram associados a doenças contagiosas da época.

Após a abolição os negros se aglutinam em grupos de movimentos de resistência como as irmandades, terreiros de candomblé e quilombos, em busca de uma visibilidade, da recuperação de seus direitos, e da valorização de sua cultura, costumes, cantos e religião.

Os primeiros anos da República, aproximaram as camadas negras da apropriação do saber escolar, nos moldes das exigências oficiais, mesmo quando as políticas públicas não os contemplavam, fica patente a criação de escolas pelos próprios negros. (CRUZ, 2005).

O tempo passou, o tráfico foi extinto, veio a abolição e nada foi feito em favor dos negros, ex-escravos e descendentes de escravos, que pudesse compensar o mal feito e minimamente prepará-los para a vida como homens livres.

A Constituição brasileira de 1824, outorgada por decreto imperial, não garantia aos escravizados a condição de sujeito de direito. Da mesma forma, a Carta Magna republicana, escrita em 1891, dois anos após a Abolição da escravatura, manteve o sufrágio como direito de poucos. (SCHUMACHER e BRAZIL, 2007, p.315).

Segundo Henriques (2002), o sistema educacional brasileiro desempenha um papel preponderante no quadro de desigualdades raciais em nosso país. Comparando-se a pequena quantidade de negros que conclui os seus estudos, com o segmento branco da população, ainda é pequeno o número da população negra que consegue concluir/permanecer nesse sistema de ensino.

A escolaridade de brancos e negros nos expõe, com nitidez, a inércia do padrão de discriminação racial. (...) apesar da melhoria dos níveis médios de escolaridade de brancos e negros ao longo do século, o padrão de discriminação, isto é, a diferença de escolaridade dos brancos em relação aos negros se mantém estável entre as gerações. No universo dos adultos observamos que filhos, pais e avós de raça negra vivenciaram, em relação aos seus contemporâneos de raça branca, o mesmo diferencial educacional ao longo de todo o século XX (HENRIQUES, 2002, p.93).

Menezes e Sanchez (2000), entrevistaram membros da comunidade negra de Salvador, com o objetivo de estudar a sua participação no sistema de educação formal, o valor dado à escola e os possíveis limites encontrados para a permanência na mesma. “As fontes utilizadas são histórias de vida de informantes escolhidos por pertencerem à comunidade negra, embora sem estarem, necessariamente, vinculados a organizações anti-racistas” (p.137). São discutidas as trajetórias educacionais e experiências vividas no relacionamento com a escola, “procurando salientar o que seria para cada um deles, uma identidade negra” (p.133).

Os autores relatam que no período de 1890 até 1980, se tomarmos como indicador do acesso à educação os índices de alfabetização segundo a cor da pele, nos diversos censos demográficos, perceberemos como o processo de inclusão do negro, no sistema educacional, foi lenta, em especial na Bahia. “Neste Estado, os percentuais de alfabetização da população como um todo são também menores e crescem mais lentamente que o restante do País” (p.134). Na Bahia 30% na década de 60, quando São Paulo, em 1970, já ultrapassava os 70% de alfabetizados”

(p.135). Faltou uma política de inclusão na nacionalidade que igualmente englobasse todos os segmentos da sociedade.

(...) A existência de grandes diferenciações internas no Brasil mostra a falta ou fracasso de uma grande política nacional que garantisse o acesso à educação de forma homogênea e, portanto, de forma para a cidadania. (...) A nosso ver, a inexistência dessa política nacional equalizadora se refletiu, como se poderia esperar, no menor acesso dos mais pobres e dos moradores dos estados e regiões mais pobres. (p.135)

Na década de 80, o movimento negro esteve envolvido em mobilizações para denunciar o racismo e a ideologia escolar dominante, foram alvos nesse período: livro didático, currículo, formação de professores, entre outros pontos.

As desigualdades sofridas pela população negra no processo de escolarização vêm sendo denunciadas há vários anos, pelo movimento social negro ou por estudos da temática racial e mais recentemente por organismos governamentais.

É através dos bancos escolares que essa camada excluída e discriminada buscará a superação de sua invisibilidade, mesmo sabendo das dificuldades enfrentadas durante esse longo caminho. “A educação é cada vez mais necessária para preparar os indivíduos para um mundo em mudança permanente”. (BOTTOMORE, 1987, p.253).

2.2 – A difícil inclusão educacional do negro: luta pela aceitação social

Das senzalas até a universidade um longo e árduo caminho de luta tem sido trilhado pelos negros, na sociedade brasileira. Desde o início da colonização a educação brasileira apresenta uma gestão problemática e discriminatória.

O abandono a que foi relegado depois da abolição e a estrutura econômica e social do Brasil são as causas principais das atuais dificuldades da população negra.

Um povo discriminado, excluído e marginalizado pela sociedade, mas nem por isso conformado com esse quadro.

No passado, a educação negada aos negros era permeada por uma concepção de dominação que acreditava que os escravos não podiam ter acesso às práticas de leitura e escrita, pois estas atividades eram vistas como facilitadora para resistências e rebeliões; o que trazia intranqüilidade para uma sociedade composta basicamente por brancos.

Na educação do sistema escravocrata, a população negra era impedida de freqüentar a escola formal que era restrita, por lei, aos cidadãos brasileiros. Além disso, fatores que vão do déficit econômico da família negra á discriminação racial no interior das escolas contribuían para a interdição a educação formal.

A valorização da educação formal era tida como uma possibilidade de vislumbrar uma melhoria em sua posição social e/ou obter mobilidade social vertical, visando superar a condição de excluídos e miseráveis, em uma sociedade em pleno processo de modernização.

Com base nesse dado, Santos (2005) expõe que:

Houve uma propensão dos negros em valorizar a escola e a aprendizagem escolar como um “bem supremo” e uma espécie de “abra-te sésamo” da sociedade moderna. A escola passou a ser definida socialmente pelos negros como um veículo de ascensão social (...) necessária para a superação de exclusão sócio-racial a que estavam submetidos.(SANTOS, 2005, p.21-22)

É importante um esclarecimento para a compreensão do que seja educação formal e qual o seu objetivo. Para isso, José Carlos Libâneo (2007) apresenta uma definição que nos ajudará a entender a importância de se ter acesso à educação para a construção social e para o desenvolvimento humano.

Para Libâneo (2007),

Formal refere-se a tudo o que implica uma formação, isto é, algo inteligível, estruturado, o modo como algo se configura. Educação

formal seria, pois, aquela estrutura, organizada, planejada intencionalmente, sistemática,(..) onde há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional. (LIBÂNEO, 2007, p.31 e 88)

Alguns aspectos relacionados à presença de alunos negros na escola pública de primeiras letras, na cidade de São Paulo, no final do século XIX e início do XX, foram investigados por Surya Barros (2005). Seu objetivo era entender como se deu essa escolarização e também "como teria sido o processo vivenciado por essa camada da população para se inserir na escola oficial, que resultou numa extrema desigualdade nos níveis de escolarização entre brancos e negros no Brasil, que persiste até hoje" (p.79)

De acordo com Barros (2005),

(...) sua presença na escola era motivo de incômodo para o restante da população, sendo dificultada através de diversos mecanismos, desde a matrícula até o cotidiano escolar. É possível, ainda, apreender o posicionamento da própria camada negra na relação com a escola: por um lado, assumido a importância da escola e tentando se inserir no sistema oficial de ensino, mas, por outro, ficando em partes alijadas da cultura escolar. (BARROS, 2005, p.80).

Essas informações comprovam que os conflitos raciais presentes no campo educacional, estão relacionados, primeiramente, ao acesso restrito desde o período da escravidão e à falta de políticas públicas que realmente funcionem e ao tratamento jurídico dado à questão da igualdade racial.

A educação tem uma função essencial no desenvolvimento das pessoas e das sociedades e deve estar a serviço de todos, para um bom desenvolvimento humano, colaborando para a eliminação das exclusões e opressões.

As definições de educação são tão variadas quantas são as correntes e autores que se dedicaram ao seu estudo. Para Libâneo (2007), as definições se diferenciam, pelo menos, em dois aspectos: 1) se esse processo depende de disposições internas ou da influência do ambiente circundante ou da ação recíproca entre ambos; 2) qual a finalidade ou ideal que se busca (p.74).

Para Cavalleiro (2005), "em linhas gerais, além de um direito social, a educação tem sido entendida como um processo de desenvolvimento humano" (p.13).

A escola é o reflexo da sociedade, ela apenas reproduz as representações sociais historicamente construídas que conduzem as pessoas a uma postura: preconceituosa, discriminadora e excludente.

Hélio Silva Jr. (2002), em seu livro: *Discriminação racial na escola: entre a lei e as práticas sócias*, emite a seguinte análise sobre a discriminação na escola:

As manifestações da discriminação racial na escola conformam um quadro de agressões materiais ou simbólicas, de caráter não apenas físico e/ou moral, mas também psíquico, em termos de sofrimento mental, com conseqüências ainda não satisfatoriamente diagnosticadas, visto que incidem cotidianamente sobre o alunado negro, alcançando-o já em tenra idade. (SILVA Jr.,2002 , p.13)

A discriminação e preconceito da qual foram vítimas, manifestam-se tanto de forma velada quando aberta dentro da escola. Desconfiança de sua capacidade intelectual, desigualdade de tratamento e formação. Os professores caracterizavam seus alunos negros como preguiçosos e desinteressados, e por isso já estavam destinados ao fracasso ou ao abandono da escola. A escola contribuiu significativamente para exclusão e marginalização do negro, quando o nega a oportunidade de crescer social e intelectualmente.

2.3 – A escola: veículo de ascensão social e instrumento de discriminação

O espaço escolar cumpre em relação ao negro uma dupla função: veículo de ascensão social e instrumento de discriminação. Muitos alunos negros têm matrícula, mas não se sentem parte da escola.

Dentre os fatores das desigualdades raciais, a educação ocupa lugar privilegiado pelo peso decisivo que ela tem sobre as chances de integração do indivíduo na sociedade e de sua capacidade de mobilidade ou ascensão social. Isso é contraditório. Por isso, mostrar a importância de respeitar as diferenças e combater o preconceito é uma lição que deve ser ensinada desde os primeiros anos de escolaridade. A sala de aula não escapa disso.

A escola possui a vantagem de ser uma das instituições sociais em que é possível o encontro das diferentes presenças. Ela é também um espaço sociocultural marcado por símbolos, rituais, crenças, culturas e valores diversos. Essas possibilidades do espaço educativo escolar precisam ser vistas na sua riqueza, no seu fascínio.(GOMES, 2003, p.74)

Ao constatar a existência de valores e prática discriminatória na escola, os Movimentos negros, e demais interessados na questão racial, pressionaram os programas de livros didáticos, alertando aos professores quanto a discriminação racial presente nos livros didáticos utilizados pelas escolas, nos cartazes espalhados pelas nos murais e sala de aula e principalmente aos apelidos dirigidos as crianças negras.

O aluno negro tem a sua história contada de forma fragmentada, distorcida e desvalorizada. Sua imagem não aparece no livro didático associada a momentos de felicidades ou como heróis. São limitadas as propostas para lidar com questões relacionadas à cultura étnico-racial e racismo nas escolas.

Sobre isso, Gomes (1995) expõe:

(...) o aluno negro, ao ingressar na escola, além de encontrar a história de sua raça trabalhada de uma maneira folclorizada, ainda encontra reforços por parte do corpo docente no que diz respeito à negação de sua origem racial (...). (GOMES, 1995, p.89).

O que pode ser observado, é que as escolas têm abordado as diferenças raciais de forma pontual, como no dia 13 de maio. Até o Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, é comemorado por poucas escolas. Falta um preparo, um conhecimento por parte dos professores para trabalhar a temática em sala de aula.

Para Munanga:

(...) o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre os alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado (MUNANGA, 2005, p. 16).

Os especialistas ressaltam que o objetivo do professor não deve ser desprezar um determinado tipo de cultura ou dizer que uma é melhor do que a outra. Waldete Tristão Farias de Oliveira, coordenadora pedagógica e formadora de professores em questão raciais, em entrevista publicada na revista Nova Escola, em janeiro de 2007, acredita que “cabe à escola dar oportunidade para todos conhecerem a cultura afro e entenderem que ela faz parte da cultura brasileira” (p.72)

A relação que existe entre escola, aluno e professores, apresentada por estudiosos dessa temática, apontam a escola como um ambiente preconceituoso. São significativos os relatos desses sujeitos, pois eles expressam as humilhações e as injustiças vividas dentro do espaço escolar. As conseqüências provocadas por essa relação de preconceito e discriminação apontada por Eliana Oliveira, Mestre em Educação e Doutora em Ciências, em sua pesquisa: *Educação e Diversidade: relações raciais na escola* são:

- * Auto-rejeição, rejeição ao outro igual, rejeição por parte do grupo;
- * Baixa auto-estima;
- * Apatia, timidez, pouca ou nenhuma participação na sala do grupo;
- * Agressividade aparentemente sem motivo, docilidade excessiva;
- * Recusa em ir para a escola;

- * Dificuldade de aprendizagem;
- * Repetência e exclusão escolar.

A escola não é neutra, da mesma forma, educadoras/es não são neutros, (FREIRE, 1990, p. 30), por isso, é urgente a necessidade de se trabalhar de forma crítica e planejada temas como a discriminação racial, pois a omissão diante desta questão revela concepções e valores que colocam os educadores do lado dos que discriminam e oprimem os negros, mesmo que não verbalizem isso.

Para Gomes (2003),

A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las. (GOMES, 2003 p.172)

Assim, constata-se que a escola ocupa uma função determinante nos destinos profissionais, ocupacionais e de trajetórias de vida de todos os indivíduos, sejam eles negros ou não. É a partir dela que se devem iniciar medidas reparadoras com a finalidade de eliminar as desigualdades raciais e sociais, além do reconhecimento do passado histórico e da participação desses sujeitos na construção da nossa cultura.

A escola, como parte integrante dessa sociedade que se sabe preconceituosa e discriminadora, mas que reconhece que é hora de mudar, está comprometida com essa necessidade de mudança e precisa ser um espaço de aprendizagem onde as transformações devem começar a ocorrer de modo planejado e realizado coletivamente por todos os envolvidos, de modo consciente. (LOPES 2005, p.189)

A escola deverá contribuir para a instituição de uma sociedade multicultural, em que se reconheça a identidade, a cultura e os valores de brancos, negros, índios e outros grupos étnicos, sem qualquer espécie de hierarquização.

Ciente disso, abordarei no próximo capítulo, a relação entre cultura e educação. Trago informações pertinentes dessa relação para a compreensão e

debate do processo de construção da identidade negra, da cultura e da participação dos negros no sistema educacional. Esse diálogo torna-se importante para o entendimento da Lei 10.639 de 2003, que será discutida mais adiante.

O objetivo maior do próximo capítulo é mostrar que o povo negro tem história e tem valor. Essa parte ficou abandonada no passado, e longe das temáticas escolares. Agora chegou o momento de incluir esse conhecimento dentro das escolas.

O povo negro jamais passaria por um processo tão doloroso de discriminação e negação de sua história pela sociedade e pela escola se sua trajetória de vida fosse valorizada desde o início. Então trataremos de conhecer um pouco mais sobre a sua contribuição para o nosso desenvolvimento social.

3 – CULTURA E EDUCAÇÃO: CONHECER, RESPEITAR E VALORIZAR.

“Uma receita de feijoada, vatapá, ou de qualquer outro prato, contém mais do que a combinação de ingredientes, é o retrato de busca de soluções para a manutenção da vida física, de lembranças dos sabores da terra de origem”. (Gonçalves e Silva, 2005, p.155).

3.1 – O CONHECER ⇔ Informações relevantes: quem são os negros?

Com as palavras de Thales de Azevedo, iniciarei uma abordagem sobre a contribuição dos negros para a nossa cultura. Saber da história da população negra é uma ferramenta indispensável para combater racismos e preconceitos, além de corrigir distorções de valores. Busca-se, através da história, a compreensão das causas sócio-históricas das divisões a que esses sujeitos foram submetidos. Devemos analisar o passado para entender o presente.

O negro representa um elemento tão significativo na vida brasileira que não é possível escrever uma história da cultura no Brasil ou discorre sobre a história sem abrir um capítulo a esse tema. (AZEVEDO, 1975, p.11)

A diversidade da cultura africana no Brasil, tem sua origem durante o período da escravidão. Os negros africanos que desembarcaram no novo continente, trazidos nos porões dos navios negreiros como simples mercadoria, foi arrancada de várias regiões do continente africano, principalmente da costa ocidental da África. Desembarcaram no Brasil uma população de negros e junto com eles, uma vasta e rica cultura que não foi apagada pela escravidão.

Os africanos que chegaram ao Brasil, pertencentes de uma grande variedade étnica foram classificados em três grupos. Os Sudaneses (iorubas, jejês, minas, fanti-ashanti e outros), os Bantos (congo-angolanos e moçambiques) e os Malês (sudaneses islamizados). (Ribeiro, 2006)

É notória a contribuição dos povos africanos para a cultura brasileira com uma gama de elementos como: a dança, a culinária, a música, a religião, a língua e a

arte. Essa influência se faz presente até os dias atuais em muitas regiões do Brasil, mas especificamente na Bahia, Minas e Maranhão. São registros da nossa história.

Surgimos da confluência, do entrecchoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos (RIBEIRO, 2006, p.17)

A diversidade de culturas e etnias presentes em solo brasileiro e a quantidade de africanos trazidos para cá foi bastante significativa na composição da população brasileira. Somos uma mistura de crenças, raças, cor e costumes. Não há como negar essa parte da nossa história. Entretanto, ela continua fora das discussões da sala de aula e muitos alunos passam pela escola com uma formação fragmentada da história. Fica a imagem do negro escravo que foi liberto pela princesa Izabel, quando ela assinou a Lei Áurea em 1888. O contexto que resultou na lei tornou-se insignificante, um pequeno detalhe a ser esquecido.

Um outro escritor que muito bem caracterizou esse processo de construção, participação da vida do negro, foi Gilberto Freyre. No entanto, não podemos esquecer que ele considerava a cultura africana inferior à européia. Em Casa-grande & senzala, estão presentes passagens dos rituais, os trabalhos na lavoura e na mineração, a culinária.

(...) na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. (...) Os escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil. Longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxada, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora (...) (FREYRE, 2006, p.367;390)

Por isso, é que se faz necessário conhecer a cultura afro-brasileira para entender e integrar, aceitando e reconhecendo as contribuições dessas matrizes culturais existentes no Brasil juntamente com o povo que a representa. Somos conseqüência do conhecimento e da experiência histórica dos africanos (Cunha Jr.,2005,p.249). Nesse sentido, considero como um equívoco abordar a história do negro somente no período da escravidão.

Todos nós comemos feijoada, cantamos e dançamos samba, gostamos e jogamos capoeira. E isto, sem dúvida, é influência africana. Segundo Petronilha Gonçalves e Silva (2005), a feijoada, o samba e a capoeira resultaram de “criações dos africanos que vieram escravizados para o Brasil, bem como de seus descendentes, e representam formas encontradas para sobreviver, para expressar num jeito de sentir, de construir a vida”. (p.155)

Aprofundar-se nas causas e conseqüências da dispersão dos africanos pelo mundo e abordar a história da África antes da escravidão. Tal consideração nos afastará das práticas educativas que ainda insistem em colocar a cultura negra no lugar do exótico e do folclore, e possibilitará a construção de uma postura política diante da questão racial na educação brasileira. De acordo com Cunha Jr.,

A imagem do africano na nossa sociedade é a do selvagem acorrentado à miséria. Imagem construída pela persistência das representações africanas como a terra dos macacos, dos leões, dos homens nus e dos escravos. Quanto aos povos asiáticos e europeus as platéias imaginam, castelos, guerreiros e contextos históricos, sociais e culturais. (...) Há um bloqueio sistemático em pensar a África diferente das caricaturas presentes no imaginário social brasileiro. (CUNHA Jr.,1997,p.58)

É por meio da educação que a cultura introjeta os sistemas de representações e as lógicas construídas na vida cotidiana, acumulados por gerações e gerações. Processo que está imerso na articulação entre o individual e o social, entre o passado e o presente, entre a memória e a história.

Nesse sentido, trago no segundo item deste capítulo, o debate sobre cultura, identidade e a história. O objetivo é fazer a relação dessa temática com a educação, pois compreendo que a interação entre os três conceitos passa por ela. A educação transmite a cultura, porém, “o significado da palavra cultura, no âmbito acadêmico, pode se confundir com a noção popular de cultura como algo produzido por elites”. (Souza,2005 p. 15).

Partindo desse ponto, utilizo Nilma Gomes para conceituar cultura, proporcionando para nós uma dimensão abrangente, para além da questão educacional.

Segundo ela:

A cultura, seja na educação ou nas ciências sociais, é mais do que um conceito acadêmico. Ela diz respeito às vivências concretas dos sujeitos, à variabilidade de formas de conceber o mundo, às particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social (GOMES, 2003, p.75)

A articulação entre a produção teórica educacional sobre o negro e a produção que tem sido realizada por diferentes áreas do conhecimento sobre a mesma temática poderá nos ajudar a descobrir novas dimensões da realidade racial brasileira. Para realizá-la será preciso entender e considerar a importância da articulação entre cultura, identidade negra e educação.

3.2 – O RESPEITAR ⇔ Cultura, identidade e história na escola

É por intermédio da cultura que se descortina o processo de identidade (Souza, 2005, p.15). A todo momento somos desafiados a conhecer diferentes culturas e a reelaborar a noção de identidade de pessoas e de grupos. Isso significa que a identidade não é construída isoladamente e sim em contato com outras referências.

Gomes (2005), aponta que “a identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais”. (p.41) A autora conclui que a identidade negra é entendida como uma construção social, histórica, cultural e plural.

A cultura negra possibilita aos negros a construção de um “nós”, de uma história e de uma identidade. Diz respeito à consciência cultural, à estética, à corporeidade, à musicalidade, à religiosidade, à vivência da negritude, marcadas por um processo de africanidade e recriação cultural. Esse “nós” possibilita o posicionamento de negro diante do outro e destaca aspectos relevantes da sua história e de sua ancestralidade. (GOMES, 2003, p. 74)

A cultura deve ser entendida como toda atividade ou produto da atividade exercida por um povo, bem como a herança coletiva de uma sociedade, conjunto de objetos materiais que asseguram ao grupo a sua vida cotidiana e concepções de mundo, de moral, suas artes (...).(Munanga,1986,p.81).

A trajetória escolar aparece como um importante momento no processo de construção da identidade negra. África, identidades, cultura negra, discriminação, racismo e diversidade; temáticas que a escola, hoje, está cada vez mais desafiada a enfrentar e a tratar pedagogicamente, onde a identidade africana e dos afro-descendentes é apresentada de maneira positiva.

A reflexão sobre identidade racial há muito tem ocupado diversos pesquisadores. Para Kabengele Munanga, um africano radicado no Brasil, professor da Universidade de São Paulo, a identidade passa pela cor da pele, pela cultura, ou pela produção cultural do negro; passa pela contribuição histórica do negro na sociedade brasileira, na construção da economia do país com seu sangue; passa pela recuperação de sua história africana, de sua visão de mundo, de sua religião.

Kabengele Munanga, apresenta o seguinte contexto histórico da identidade negra, em uma visão bem mais ampla. Segundo ele:

(...) a identidade negra não surge da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negras e brancas e/ou negras e amarelas. Ela resulta de um longo processo histórico que começa com o descobrimento, no século XV, do continente africano e de seus habitantes pelos navegadores portugueses, descobrimento esse que abriu o caminho às relações mercantilistas com a África, ao tráfico negreiro, à escravidão e enfim à colonização continente africano e de seus povos. (MUNANGA, 2003, p.37)

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelo povo negro brasileiro. Nota-se que a valorização da identidade negra tem um cunho afetivo, o reconhecimento de suas raízes africanas.

Sustenta-se que a valorização da identidade individual e coletiva dos negros no Brasil somente será possível a partir da adoção de políticas públicas e ações privadas específicas e diferenciadas de modo a reparar os danos que lhes foram secularmente causados.

Para Cavalleiro (2001), é condição para a realização de uma educação anti-racista o reconhecimento da diversidade presente nas escolas somado ao compromisso por parte dos educadores. A autora sugere a elaboração de um cotidiano escolar que contemple as necessidades específicas de alunos negros.

A primeira atitude é a compreensão dos alunos como indivíduos pertencentes a culturas coletivas; a segunda atitude é a de compreender que esta individualidade faz parte de uma coletividade, ou seja, de um grupo cultural racial, ético, econômico, regional etc; a terceira atitude seria a de ser estimulador do desenvolvimento, observando aqui os aspectos emocionais, cognitivos, físicos e culturais.

Sobre esse fato, Cunha Jr.(2005) argumenta dizendo que:

A presença de africanos e afro-descendentes na cultura e na história não é realizada na forma completa e satisfatória, como seria simples e natural. Deveríamos estar em todos os capítulos, dada a nossa existência e participação constante em todos os setores da cultura, em todos os momentos da história. Essa representação na história e na cultura não é realizada, pois estamos submetidos a um processo de dominação e de imposição da cultura denominada ocidental. Estamos dentro de um sistema de educação considerado universal, que transmitiria em hipótese a essência da cultura humana, na sua diversidade. No entanto, esta visão de universal funciona como a imposição de uma visão eurocêntrica de mundo. As idéias de ocidente e a cultura ocidental são utilizadas como parte da dominação cultural. No trato dado ao universal, desaparecem as especificidades, ficam as categorias gerais, que são as da cultura grego-romana, judaico-cristã. Essas culturas fundamentam o eurocentrismo. E desconhecem como relevantes as expressões de africanos e afro-descendentes. (CUNHA Jr.,2005, p.254)

Reconhecer o passado histórico e a cultura dos diversos povos é um passo importante para o acolhimento das diferenças, no sentido de permitir uma participação ativa desses povos nos bens econômicos e de prestígio, na nação onde estão situados.(SILVA, 2001, p.52)

Por isso, é que se faz necessário conhecer a cultura afro-brasileira para entender, respeitar e integrar, aceitando as contribuições dessas matrizes culturais existentes no Brasil, juntamente com o povo que a representa, como diz Munanga (2005),

Devemos mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas um fator de complementariedade e de enriquecimento da humanidade em geral, conscientizando-nos de que nosso país é a junção da cultura negra, indígena e européia e não somente de uma e que todos devem ser valorizados e respeitados, que o ser negro é tão bom como ser branco, ou índio ou qualquer etnia. (MUNANGA, 2005, p.15)

3.3 – O VALORIZAR ⇔ O direito de uma história presente no sistema educacional

O movimento de renovação do pensamento e da prática educacional no Brasil tem sido marcado pelos movimentos sociais, que tem contribuído para mostrar a realidade do nosso sistema escolar, suas contradições e também para sensibilizar pesquisadores, teóricos e reformadores sobre os aspectos dessa realidade.

A proposta do Movimento Negro é a de que a escola, e também a sociedade, compartilhem dos mesmos objetivos. Aprofundar-se nas causas e conseqüências da dispersão dos africanos pelo mundo e abordar a história da África antes da escravidão. Esse movimento também pretende resgatar, contribuir e estudar a produção de conhecimento sobre a população negra respeitando-lhe a memória, valorizando o seu papel sócio-cultural, político e econômico na história do Brasil.

Enquanto a escola brasileira omitir a resistência negra, realizar equívocos e distorções históricas, vincular a falsa imagem do negro “amorfo e indolente” (Gomes, 1995), estará contribuindo para a reprodução do racismo. Reconhecer a existência do racismo no Brasil e a necessidade de valorização e respeito aos negros e à cultura africana é uma questão urgente. A escola erra quando faz a seguinte abordagem sobre a temática negra dentro da sala de aula:

- * Abordar a história dos negros a partir da escravidão;
- * Apresentar o continente africano cheio de estereótipos, como o exotismo dos animais selvagens, a miséria e as doenças, como a aids;
- * Pensar que o trabalho sobre a questão racial deve ser feito somente por professores negros para alunos negros.

Em entrevista à Marana Borges, do USP Online, Kabengele Munanga foi questionado, entre outras coisas, sobre o ensino da cultura afro-brasileira na escola. O antropólogo, mostra como essa questão é preocupante, pois a escola multiplica a visão estereotipada do continente e do povo africano.

Segue a resposta de Munanga:

“A África que nós conhecemos é a do Tarzan, Simba, Safári, Aids, fome, guerras, das tribos. Será que a África é só isso? Já viu algum livro didático mostrar que a África é o berço da humanidade, que as maiores civilizações se desenvolveram lá, que a civilização egípcia era negra? Nunca se viu na historiografia oficial, nos livros didáticos, os impérios e reinos africanos. A África é simplesmente tida como tribo. É isso o que a lei pretende corrigir. Além de introduzir a história da África no currículo, é uma nova história que será ensinada, em que a identidade africana e dos afro-descendentes é apresentada de maneira positiva”. (BORGES, 2008, p.1)

Pela forma violenta que os negros foram tratados no passado, que hoje ainda marcam profundamente o presente das futuras gerações de crianças, jovens e adultos que estão nas escolas, principalmente as públicas, que a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos, contribuirá significativamente para que essas gerações se fortaleçam, portanto, aumentando a sua auto-estima.

A identidade negra se constrói gradativamente. Geralmente tal processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece (Gomes,2005, p.43).

Nessa construção, a família também ganha destaque, pois ela não deve silenciar sobre a realidade étnica, mas “desenvolver na criança a interiorização de imagens positivas” (Oliveira,2006, p.18) sobre características como: traços físicos,

cor da pele, cabelo. Assim, ajudará para que a criança, quando estiver em um ambiente não familiar, não desenvolva sentimentos de inferioridade e para que consiga progredir na vida, enfrentando os preconceitos e discriminações ao longo de sua trajetória acadêmica, social e econômica. “A omissão dos ensinamentos sobre as questões raciais poderá gradualmente distanciá-la de suas origens étnicas”. (Oliveira,2006, p.18).

Enfocar as contribuições dos africanos para o desenvolvimento da humanidade e as figuras ilustres que se destacaram nas lutas em favor do povo negro é considerado essencial para o fortalecimento da identidade. Cabe a escola, na atualidade, revirar a História e assumir a grandiosa tarefa da reparação, de promover os direitos culturais e educacionais de um povo na sua diversidade.

Dentro na nossa cultura contamos com as músicas de Anacleto de Medeiros, Pixinguinha, Cartola, Gilberto Gil, e tantos outros. Na literatura e na arte ,as obras de Machado de Assis, Lima Barreto as esculturas Aleijadinho, que foi o maior escultor do século XVIII no Brasil. Na área da saúde, o fundador da disciplina psiquiátrica no Brasil foi o psiquiatra negro Juliano Moreira, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia. Em todas as áreas do conhecimento o negro também esta presente.

Darcy Ribeiro, em seu livro *O povo brasileiro*, trás um relato sobre as matrizes culturais. No capítulo chamado: *gestação étnica*, encontra-se uma leitura rica em detalhes, que trata dos afro-brasileiros. O autor fala da contribuição cultural do negro, “por sua presença como massa trabalhadora, produzindo quase tudo que aqui se fez”, apesar do seu papel como “agente cultural ter sido mais passivo que ativo”.(p.102).

Para Darcy Ribeiro:

Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios suplicados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os suplicou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais,

quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria. A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucar os pobres que lhes caem às mãos.(...) (RIBEIRO, 2006, p.108)

4 – LEI 10.639/2003: SUPERAÇÃO DA INVISIBILIDADE NEGRA

“A grande tarefa no campo da educação” há de ser a busca de “caminhos e métodos para rever o que se ensina e como se ensinam, nas escolas públicas e privadas, as questões que dizem respeito ao mundo da comunidade negra. A educação é um campo com seqüelas profundas de racismo, para não dizer o veículo de comunicação da ideologia branca.” (ROCHA, 1998, p.56 apud GONÇALVES e SILVA, 2005, p.155)

4.1 – Contextualização da Lei 10.639/2003

A história da população afro-brasileira também vem sendo construída a partir de vários fatores, sob várias óticas e atendendo a interesses que impõem um determinado modo de se divulgar os fatos históricos ao longo do tempo.

A luta pelo respeito e reconhecimento da cultura negra, assim como a luta pela igualdade de direitos, pelo acesso, permanência e êxito do povo negro à educação tem se constituído como um marco na história e nas reivindicações da comunidade negra.

Os movimentos sociais construíram espaços de cidadania, legitimados pela nova Constituição, promulgada em 1988, trazendo aspectos até então desprezados, como as questões que emergem no cotidiano, a relação entre público e privado, a questão da cultura política nos espaços associativos, privilegiando categorias antes pouco exploradas nas análises das problemáticas sociais: mulheres, jovens, negro, índio, homossexuais. (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2005, p.15)

Segundo Ana Célia da Silva (2002), podemos considerar como movimento negro, “todas as entidades ou indivíduos que lutaram e lutam pela sua liberdade, denunciam, reivindicam e desenvolvem ações concretas para a sua conquista dos direitos fundamentais na sociedade”. (SILVA, 2002, p.140)

Ao constatar a existência de valores e práticas discriminatórias na escola, o Movimento Negro, junto com demais interessados na questão racial pressionaram os programas de material escolar, alertando os professores quanto à discriminação

racial presente nos livros didáticos, na reprodução dos apelidos dirigidos às crianças negras e no relacionamento do professor com o aluno.

O Movimento Negro reage, considerando o preconceito como obstáculo para o acesso ao ensino e elege a escola e a educação como melhor campo para pleitear mudanças. Assim, eliminam o foco eurocêntrico da educação brasileira, diversificando cultural, racial, social e politicamente os currículos escolares brasileiros. A educação formal sempre se constituiu em marco no panorama das reivindicações do Movimento Negro na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. (Cavalleiro, 2005, p.16)

Ainda, segundo Cavalleiro (2005), ao longo do século XX, a imprensa foi intensamente utilizada como instrumento de suas campanhas, com destaques “para os periódicos O Baluarte (1930), O Menelik (1915), A Rua (1916), O Alfinete (1918), A Liberdade (1919), A Sentinela (1920), O Getulino (1923) e o Clarim d’Alvorada (1924)”. (p.16).

Segundo Santos (2005), a agenda de reivindicações das entidades negras contemplava basicamente as seguintes áreas: racismo, cultura negra, educação, trabalho, mulher negra e política internacional. Na educação, as reivindicações eram, entre outras, as seguintes:

- * Contra a discriminação racial e a veiculação de idéias racistas nas escolas;
- * Por melhores condições de acesso ao ensino à comunidade negra;
- * Pela participação dos negros na elaboração dos currículos;
- * Reformulação dos currículos escolares visando à valorização do papel do negro na História do Brasil e a introdução de matérias como História da África e línguas africanas.

Além de denunciar era, também necessário apresentar propostas, construir práticas alternativas, realizar pesquisas, investir na formação dos professores na luta contra o racismo e contra a discriminação racial na escola brasileira.

Conta-se com a ação do Movimento Negro e de educadores comprometidos no sentido de desvelar o quanto a questão racial perpassa a construção da sociedade brasileira, desde a sua colonização até os dias.

A partir da década de 1970, os Movimentos Negros adotaram uma estratégia mais politizada de denúncia aberta à discriminação racial e ao racismo na sociedade brasileira. A atuação passou a pautar a importância de participar e influir na elaboração e conteúdo da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional “com objetivo de desacreditar a ideologia da democracia racial reeditada até então na orientação de leis e diretrizes das políticas públicas”. (RODRIGUES, 2008, p. 2)

(...) a proposta de que o texto da Constituição Federal de 1988 afirmasse o compromisso da educação com o combate ao racismo e todas as formas de discriminação, com a valorização e respeito à diversidade assegurando a obrigatoriedade do ensino de história das populações negras do Brasil, como uma das condições para o resgate de uma identidade étnico-racial e a construção de uma sociedade plurirracial e pluricultural. (RODRIGUES, 2008 p.5)

A LDB define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. No que diz respeito à temática racial, ela aparece na LDB Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

As pressões do Movimento Negro e o seu histórico de lutas ao longo século XX por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, atreladas às recomendações da Conferência Mundial de Durban, são fatores que favorecem a promulgação da Lei nº 10.639 no dia 9 de Janeiro de 2003.

A Lei resultou do projeto de lei nº 259 de 1999, apresentado por Esther Grossi e Ben-Hur Ferreira.(RODRIGUES, 2008, p.11). A referida lei altera o parágrafo 4º, art. 26, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Tal artigo, após a aprovação da lei no. 10.639, passou a ser acrescido dos seguintes:

Art.26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o. O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art.79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Petronilha Gonçalves e Silva foi a relatora do Parecer nº 03/2004 do Conselho Nacional de Educação, que regulamentou a Lei 10.639/03. O Parecer, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, em 10 de março de 2004.

O Parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, "à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparação, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade" (GONÇALVES e SILVA, 2004, p.10).

Sobre essa temática, Cunha Jr. emite a seguinte análise:

Dados os contextos históricos e geográficos, tanto na esfera social e econômica mundial como na brasileira, africanos e afro-descendentes constituem uma especificidade histórica que tinha sido, por diversas razões, deixada de lado ou com tratamento insuficiente na educação brasileira. Os movimentos negros insistiram por mais de um século para que se realizasse a devida incorporação das histórias e das culturas de africanos e dos afro-descendentes ao ensino da história geral da humanidade e à História do Brasil, sem, contudo, logarmos sucesso até o ano de 2003. Os movimentos negros persistem na necessidade e no direito de pelo menos as populações afro-descendentes terem estes conhecimentos históricos e culturais expressos na educação nacional. Como consequência da Conferência Mundial de Durban, em 2002, e das negociações políticas nacionais, eis que em 2003 é decretada a lei da inclusão da História e da Cultura de Africanos e Afro-brasileiros na educação nacional. Esta lei é uma conquista importante dos movimentos sociais negros. (CUNHA Jr., 2005, p.251)

Conquista para todos, baseada nas denúncias, reivindicações e propostas dos Movimentos Negros, que defende o direito dos negros assumirem plenamente sua cidadania, tendo acesso à educação, saúde, moradia, trabalho, respeito e reconhecimento à sua identidade étnico-racial.

Busca-se, através da Lei 10.639/03, desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira. Mito este que difunde a crença de quem, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência, desconsiderando as desigualdades sofridas pelos negros (GONÇALVES E SILVA,2004).

Kabengele Munanga também foi questionado, em entrevista ao USP Online, sobre a aprovação da Lei 10.639 como uma ajuda para desconstruir o mito da democracia racial. Segue a pergunta e resposta de Munanga:

A aprovação da lei 10.639 ajuda a desconstruir o mito da democracia racial no Brasil?

Kabengele Munanga - A lei vem provar que o Brasil não era uma democracia racial, pois levou 115 anos para introduzir no ensino o estudo da matriz cultural africana. E ela não caiu do céu, mas é resultado da luta do movimento social negro. A nova lei tem tudo de positivo. Porém, é preciso que ela seja efetivamente implementada e que seja definido exatamente o conteúdo a ser ministrado. A África é um continente de 56 países e ilhas. A lei não disse que África e Brasil ensinar. Mas se não fosse a lei, ninguém se mobilizaria. (BORGES, 2008, p.1)

Fernando Henrique Cardoso, escreveu o prefácio (p.9-10), da segunda impressão, do livro organizado por Kabengele Munanga, *Superando o racismo na escola*, lançado em 2005. Para o sociólogo e ex-presidente da República, “racismo e ignorância caminham sempre de mãos dadas” (p.9). Para ele:

A sociedade brasileira tem razões de sobra para se preocupar com essas questões. Nossa formação nacional tem, como característica peculiar, a convivência e a mescla de diversas etnias e diferenças culturais. Temos, em nossa história, a ignomínia da escravidão de africanos, que tantas marcas deixou em nossa memória e cuja herança é visível, ainda hoje, em uma situação na qual não somente se manifestam profundas desigualdades, mas o fazem, em larga medida, segundo linhas raciais (CARDOSO, 2005, p.10)

A implementação da Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003, sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, altera a Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 (LDB), por meio da qual se torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Africanas e Afro-brasileiras nos estabelecimentos de Educação Básica, oficiais e particulares. Assim sendo, a educação das étnico-raciais impõe aprendizagens, trocas de conhecimentos, para construção de uma sociedade mais justa e igual.

Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. Segundo o Parecer nº 003, de Petronilha Gonçalves e Silva:

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedades querem construir daqui para frente (GONÇALVES E SILVA, 2004 p.14).

4.2 – Caminhos abertos pela Lei e suas propostas

O grande desafio da escola que se diz anti-racista é buscar o diálogo sobre a história dos povos oprimidos. É também, reconhecer a contribuição desses povos na construção do Brasil e deve-se cuidar de que África que se quer retratar na escola para não se ter uma visão folclorizada da história do continente africano (...) (OLIVEIRA, 2008, p.5)

Na educação brasileira, a ausência de uma reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola. (Cavalleiro, 2005)

Petronilha Gonçalves e Silva (2005), seu artigo: *Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras*, publicado no livro *Superando o racismo na escola*, firma os objetivos do estudo das Africanidades Brasileiras, com o propósito de que os currículos escolares, em todos os níveis de ensino:

- * Valorizem igualmente as diferentes e diversificadas raízes das identidades dos distintos grupos que constituem o povo brasileiro;
- * Busquem compreender e ensinem a respeitar diferentes modos de ser, viver, conviver e pensar;
- * Discutam as relações étnicas, no Brasil, e analisem a perversidade da assim designada “democracia racial”;
- * Encontrem formas de levar a refazer concepções relativas à população negra, forjadas com base em preconceitos, que subestimam sua capacidade de realizar e de participar da sociedade, material e intelectualmente;
- * Identifiquem e ensinem a manusear fontes em que se encontram registros de como os descendentes de africanos vêm construindo suas histórias, no interior do seu grupo étnico e no convívio com outros grupos;
- * Permitam aprender a respeitar as expressões culturais negras que, juntamente com outras de diferentes raízes étnicas, compõem a história e a vida de nosso país;
- * Situem histórica e socialmente as produções de origem e/ou influência africana, no Brasil, e proponham instrumentos para que sejam analisadas e criticamente valorizadas.

Gonçalves e Silva (2005) enfatiza que o ensino da História e Cultura Afro-brasileira não exclui a possibilidade de que a história e cultura de outras sociedades sejam ensinadas na escola, apenas determina-se e reconhece a necessidade de que a escola inclua o continente africano na discussão sobre a formação histórica do Brasil.

As Diretrizes Curriculares para a Inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e Africana na formação oferecida pela escola, definem pressupostos teórico-metodológicos e orientações didáticas, para que educadores se subsidiem em relação a esta temática, de modo a desenvolvê-la na sua prática pedagógica.

Os desafios para a implementação da Lei 10.639/2003 e inclusão desses conteúdos nas escolas são muitos e se relacionam, especialmente, com a formação específica de docentes sobre a temática.

Para Oliveira (2008), “os educadores devem repensar as práticas, os valores, os currículos e os conteúdos escolares a partir da realidade social, cultural e étnica” (p.6). Ainda segundo a autora, o professor, de qualquer pertencimento étnico/racial, precisa ter uma postura ética e profissional de:

- * Desconstruir as narrativas preferidas e dominantes;
- * Desnaturalizar raça/etnia;
- * Construir uma imagem positiva do povo negro de descendência africana, da estética, da corporeidade;
- * Combater as práticas racistas e discriminatórias no interior da escola;
- *Repensar a questão racial como algo social e não como algo específico do negro.

É preciso não só boa vontade e sensibilidade dos profissionais da educação, mas também o fornecimento de material didático-pedagógico anti-racista e recursos auxiliares aos professores para que possam ministrar aulas combatendo o preconceito e a discriminação raciais.

Quase sem exceção, os negros aparecem nesses materiais apenas para ilustrar o período escravista do Brasil - Colônia ou, então, para ilustrar situações de subserviência ou de desprestígio social (Cavalleiro, 2005). É isso o que a lei pretende corrigir. Além de introduzir a história da África no currículo, é uma nova história que será ensinada, em que a identidade africana e dos afro-descendentes é apresentada de maneira positiva.

A sanção da Lei nº 10.639/2003 e da Resolução CNE/CP 1/2004 é um passo inicial rumo à reparação humanitária do povo negro brasileiro, pois abre caminho para a nação brasileira adotar medidas para corrigir os danos materiais, físicos e psicológicos resultantes do racismo e de formas conexas de discriminação. (CAVALLEIRO, 2005, p.19)

A porta de entrada no ensino da história da África passa pelo reconhecimento desse continente nas suas singularidades essenciais, tais como os citados por Carlos Moore Wedderburn (2005) em seu artigo: *Novas Bases para o Ensino da História da África no Brasil*. Para o autor, o ensino precisa reconhecer e passar o conhecimento sobre a África como:

* berço da humanidade em todas as suas configurações tanto antiga (Homo Habilis, Homo Erectus, Homo Neanderthalensis) como moderna (Homo Sapiens Sapiens);

* lugar a partir do qual se efetuou o povoamento do planeta, a partir de 100 a 80 mil anos;

* berço das primeiras civilizações agro-sedentárias e agro-burocráticas do mundo ao longo do Nilo (Egito, Kerma, Meroé).

Não há preconceito racial que resista à luz do conhecimento e do estudo objetivo (CARDOSO, 2005, p.10). Nesse sentido, o Ministério da Educação (MEC), lançou nos últimos anos, um vasto material direcionado aos pesquisadores, estudantes e professores. Esses títulos visam a divulgar estudos, subsidiar e apoiar as discussões relativas à implementação da lei 10.639/2003, bem como apoiar, por meio de publicação, pesquisas na área de educação e relações raciais.

Nesses livros, especificamente, há artigos referentes à luta histórica dos movimentos sociais negros por uma educação anti-racista; à demonstração de manifestações do racismo no cotidiano escolar; a conceitos necessários à compreensão da questão racial no Brasil; ao poder das linguagens escolares na e para a reprodução de preconceitos raciais, à histórica orientação eurocêntrica da educação brasileira; à ausência da história do continente africano e dos africanos no Brasil e/ou da produção historiográfica sobre este continente produzida por brilhantes intelectuais africanos; a aspectos fundamentais da geografia africana e à concepção de mundo africana.

A Lei nº. 10.639, sancionada em Janeiro de 2003 pelo presidente Lula, gera resultados: milhares de jovens negros e brancos estão aprendendo sobre a cultura e a história afro-brasileira e a conviver e respeitar as diferenças. Tendo em vista que o modo estereotipado e negativo deu lugar ao reconhecimento da humanidade e da cidadania do povo negro. Cria-se, dessa maneira, mais uma via possível para que os dados construídos sejam divulgados e as experiências de pesquisa e intervenção sejam socializadas.

A Lei contempla o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, valorizando a participação do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

4.3 – Os resultados: quantos passos já foram dados?

Antes de ser sancionada, em 2003, a Lei 10.639 já tinha os seus objetivos contemplados na Bahia, por algumas instituições ligadas ao movimento negro. O Instituto Cultural Steve Biko, a Escola Criativa Olodum e a Escola Mãe Hilda são as pioneiras e também as mais conhecidas, servindo de referências pelos seus trabalhos de promoção da ascensão social do negro.

A Escola Comunitária Luiza Mahin, localizada no bairro do Uruguai em Salvador, trabalha com a questão racial em seu currículo. No ano de 2006, a escola ganhou destaque no livro da UNESCO: *Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade*, coordenado por Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro. “A escola em análise afirma realizar um trabalho diferenciado com seus alunos no sentido de “conscientizá-los” da importância em construir uma “identidade negra””. (p.348).

O Jornal A Tarde , do dia 25 de maio de 2008, trouxe uma reportagem intitulada: *Bê-á-bá da herança negra*, cujo tema foi à inclusão de temas ligados à cultura e história afro-brasileira nos currículos das escolas de Salvador. Duas realidades são demonstradas: as escolas públicas e privada, com suas respectivas possibilidades de concretização.

Nas escolas particulares, ainda é tímido a realização de trabalho com a Lei. Porém, como divulga a reportagem do jornal, muitos professores já introduzem a temática em seus conteúdos, fazem feiras, promovem seminários e visitas a grupos afros como o Olodum, Ilê Aiyê e demais grupos que desenvolvem trabalhos sociais.

Nas escolas públicas os trabalhos já são conhecidos. Textos didáticos foram desenvolvidos por especialistas e distribuídos nas escolas para serem trabalhados em salas de aula. A escola localizada dentro do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, Escola Maria Eugênia Anna dos Santos, é referência na utilização do material distribuído pela Sme.

O trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura (Smec), nas escolas municipais de Salvador, é realizado desde 2005. Em um trabalho pioneiro, que busca a valorização e preservação da cultura afro-brasileira e Africana, subsidiando professores, técnicas e comunidade no planejamento educacional e de ensino, nas mais variadas faces da prática pedagógica.

Segundo dados divulgados pelo jornal A Tarde, a Secretaria Municipal de Educação, entre julho e outubro deste ano, vai capacitar 165 professores em questões relacionadas à Lei 10.639, para atuar como agentes multiplicadores.

A Lei 10.639/2003 foi reformulada, resultando na Lei 11.645/2008, que também trata da história dos povos indígenas. Assim, ignorar a história dos povos indígenas, do povo negro é estudar de forma incompleta a história brasileira. Para Petronilha Gonçalves e Silva (2005), “se a escola souber contemplar também a viva vivida no dia-a-dia dos grupos menosprezados pela sociedade, então, estaremos ensinando e aprendendo a história brasileira integralmente realizada” (p.164).

A redação da LDB/96, com a Lei 11.645/2008 passou a ser o seguinte:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Depois de anos lutando pela igualdade, respeito e visibilidade em todas as áreas da sociedade, o povo negro, através dos Movimentos Negros, ganha destaque no campo da educação. Ainda há muito para conquistar, pois além da necessidade de acesso e permanência na escola, valorização e reconhecimento de sua cultura e identidade, o ensino superior também carrega o poder de ascensão social e reconhecimento.

Identifico como uma das maiores contribuições desse movimento, para o desenvolvimento social do povo negro, a sua luta constante pela conquista de educação, inicialmente como meio de integração à sociedade existente e, depois, denunciando a instituição educacional, como reprodutora de uma educação eurocêntrica, excludente e desarticuladora da identidade étnico-racial e da auto-estima desse povo (..) (SILVA, 2002, p.140)

As ações dos Movimentos Negros têm contribuído, em grande parte, para uma reflexão na sociedade em relação aos reais determinantes de exclusão das populações afro-descendentes. Contribuir para a inclusão é portanto procurar conhecer e apoiar medidas democráticas, buscando assim, reparar injustiças passadas e presentes, contra a grande maioria da população brasileira, a afro-descendente.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste trabalho monográfico contribuiu no enriquecimento de minha formação, enquanto futura educadora, pesquisadora e agente de transformação social, pois me permitiu compreender as relações que a educação estabelece com outras áreas do conhecimento.

Desta forma, durante a elaboração desta Monografia, foi possível aprofundar meus estudos em diversas temáticas como: identidade, cultura, história da educação, a escola, o racismo, a Lei 10.639/2003 e os negros. Várias questões envolvem a temática da população negra. Nesse sentido, esse estudo não se encerra aqui, como algo pronto, concluído. Ainda há um longo caminho a ser trilhado com novas e futuras reflexões.

Além disso, o presente trabalho focou a participação da escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, assim como o papel fundamental que esta instituição exerce para a eliminação das discriminações. Para tanto, há necessidade de professores qualificados e comprometidos com o ensino para a reeducação de todos acerca da necessidade de construirmos relações sociais não racializadas.

Portanto é importante também, adquirir conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país. O silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação raciais nas diversas instituições educacionais contribui para que as diferenças de fenótipo entre negros e brancos sejam entendidas como desigualdades naturais.

Enfim, afirma-se nesse trabalho que a valorização da educação formal foi uma das várias técnicas sociais empregadas pelos negros para ascender de status, pois, eles compreenderam que sem educação formal dificilmente poderiam ascender socialmente. Nesse percurso, os negros deparam-se, na escola, na sociedade e em outros meios, com diferentes olhares sobre o seu pertencimento racial, sobre a sua cultura, sua história, seu corpo e sua estética.

Concluí-se este trabalho, tratando da luta e conquista dos Movimentos Negros, com a implementação da Lei 10.639/2003. Esta vem contribuir para corrigir injustiças e desigualdades sociais a que os negros ainda são submetidos, buscando, também, dar visibilidade à sua história de luta. A Lei tem o intuito de fazer com que as escolas resgatem o legado histórico do povo negro nas áreas social, econômica e política da História do Brasil.

6 – REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia (coordenadoras). **Relações Raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade**. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violência nas Escolas, 2006 370p.

AZEVEDO, Thales de. **Democracia racial: ideologia e realidade**. Petrópolis, Vozes, 1975.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **Discutindo a Escolarização da população Negra em São Paulo entre o Século XIX e início do XX**. In. ROMÃO, Jeruse (org). **História da Educação do Negro e Outras Histórias**. Brasília – DF: Ministério da Educação, Secretaria Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (p.79-92).

BORGES, Marana. USP Online. **Nova legislação e política de cotas desencadeariam ascensão econômica e inclusão dos negros, diz professor**. Disponível em : www.aomestre.com.br/ent/e_kabengele.htm Acesso em Abril de 2008.

BOTTOMORE, T.B. **Introdução à Sociologia**. 9ª ed. Editora: LTC, 1987.

CAVALLEIRO, Eliane (org). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

_____. Introdução. In: **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília –DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (p.13-26).

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (BRASIL). Parecer nº 003, de 10 Março de 2004. Disponível em: www.acaoeducativa.org.br/downloads/04diretrizes.pdf Acesso em abril de 2008.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **Uma abordagem sobre a história dos negros**. In ROMÃO, Jeruse (org.). **História da Educação do Negro e Outras Histórias**. Brasília- DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (p.21-33)

CUNHA Jr., Henrique. **Nós, Afro-descendentes: história africana e afro-descendente na cultura brasileira**. In ROMÃO, Jeruse (org.). **História da Educação do Negro e Outras Histórias**. Brasília- DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (p.249-273)

_____. **A história Africana**. Florianópolis. Cadernos NEN, nº 2, 1997.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 31. ed. São Paulo: Cortez, 1990. 80p.

FREYRE, Gilberto. **Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed., São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

_____. **Educação e Diversidade Étnicocultural**. In. RAMOS, Marise Nogueira, ADÃO, Jorge Manoel, BARROS, Graciete Maria Nascimento (orgs.). **Diversidade na Educação: reflexão e experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e tecnológica, Programa Diversidade na Universidade, 2003. (p.67-76)

_____. **Educação, identidade e formação de professores (as): um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa. Em foco: **Desigualdades raciais na escola**. São Paulo, V.29, nº.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

_____. **Alguns Termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discursão**. In.ROMÃO, Jeruse (org.). **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03**. Brasília- DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (p. 39-62)

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação**. Brasília: UNESCO, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 9 ed., São Paulo, Cortez, 2007.

LOPES, Véra Neusa. **Racismo, Preconceito e Discriminação**. In. MUNANGA (org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, 2005. (p.185-204)

MENEZES, Jaci Maria Ferraz e SANCHEZ, Carlos Ramon. **Educação e identidade negra**. Educação, racismo e anti-racismo. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador: Novos Toques, nº. 4, 2000, (p. 131-164).

MENEZES, Débora. Diversidade: não ao preconceito. Revista Nova Escola, Ano XXII, nº 199, p.70 - 73, janeiro/fevereiro 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil**. **Diversidade na Educação: reflexões e experiências**.

Brasília: Secretaria de Educação Media e tecnológica, Programa Diversidade na Universidade, 2003. (p. 35-49)

_____. Apresentação. In: MUNANGA, K (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, 2005.

OLIVEIRA, Eliana de. **Mulher negra professora universitária: trajetória, conflitos e identidades**. Brasília: Líber Livros Editora, 2006.

_____. **Educação e Diversidade: relações raciais na escola**. Disponível em: www.unicaieiras.com.br/revista/artigos/Eliana/ArtigoEliana.htm
Acesso em: 20 março 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SALVADOR, BA. **Secretaria Municipal da Educação e Cultura**. Diretrizes Curriculares para a inclusão da história e cultura Afro-Brasileira e Africana no Sistema Municipal de ensino de Salvador. Salvador, 2005, 81p.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino. **Movimento Negro, raça e política educacional**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt21/gt211249int.rtf>
Acesso em 5 de maio 2008.

SANTOS, Sales Augusto dos. **A lei 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro**. In. ROMÃO, Jeruse (org.). **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03**. Brasília – DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (p.21-37).

SCHUMAHUR, Shuma e BRAZIL, Érico Vital. **Mulheres Negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007, 496p.

SILVA. Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2001.

_____. **Movimento Negro Brasileiro e sua trajetória para a inclusão da diversidade étnico-racial**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.11, nº 17, p.139 -151, jan./jun.,2002.

SILVA, Geraldo da. e ARAÚJO, Márcia. **Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas**. In. ROMÃO, Jeruse (org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília – DF: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (p. 65-78).

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras**. 2ª ed. In MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na Escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (155;172).

SILVA Jr., Hédio. **Discriminação racial na escola: entre a lei e as práticas sócias.** Brasília:UNESCO, 2002. 96p.

SOUZA, Ana Lúcia Silva [et al...]. **De olho na cultura: pontos de vista afro-brasileiros.** Salvador:Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2005.

Sites para acesso aos livros:

CEAO: www.ceao.ufba.br , no link livros& filmes.

MEC: www.mec.gov.br , no link publicações.

UNESCO: www.unesco.org.br , no link publicações.

